

Reserva deve ter saldo em dezembro de US\$ 7 bilhões

Dívida externa

O Brasil voltará a ter, em dezembro próximo, reservas cambiais prontas — no conceito operacional de caixa — de 7 bilhões de dólares, como antes do fracasso do Plano Cruzado, caso se confirme a combinação do sucesso da renegociação em curso da dívida externa com a previsão do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de que o superávit comercial deste ano pode chegar a 15 bilhões de dólares, ou na hipótese mais otimista, a 18 bilhões.

O balanço de pagamentos deste ano foi projetado com superávit de 12,6 bilhões na balança comercial, insuficiente para cobrir o déficit de 14,1 bilhões previsto na conta de serviços. Por isso, o Banco Central e o Ministério da Fazenda apontaram a necessidade do ingresso até dezembro de 5,2 bilhões de dinheiro novo dos bancos credores, dentro do acordo em fase de montagem para o reescalonamento da dívida exigível entre 1987 e 1993. Nessa projeção

original das contas externas, as reservas prontas do País fechariam o ano próximo dos 4,43 bilhões de dólares de dezembro de 1987.

Mas os bancos credores querem reduzir as parcelas de desembolso de dinheiro novo, este ano, para assegurar o esforço exportador do País e também para obrigar o Governo a ampliar no tempo o controle interno da economia. Os bancos credores, através do comitê chefiado por William Rhodes, mantêm a promessa de liberar o dinheiro novo até junho do próximo ano e insistem na tese de vinculação entre os desembolsos de seus recursos com os do Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto o Governo brasileiro depende do ingresso rápido dos 5,2 bilhões de dólares e da superação da meta comercial para recompor as reservas ao nível dos 7 bilhões de 1986.

A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney deve quebrar a resis-

tência, liderada pelo Banco de Montreal no comitê de assessoramento dos bancos, à desvinculação entre os desembolsos privados e os do FMI. Afinal, o governo Sarney emitiu claros sinais de que aceita a cartilha dos países industrializados e do próprio FMI, ao tomar a iniciativa de reduzir a participação do Estado na economia, de adotar uma nova política industrial e de liberalizar o comércio exterior.

Os bancos credores não ignoram que quem mais demanda poupança, no Brasil, é o Governo, que acumula déficit de caixa equivalente a 8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Diante da lenta reação do mercado às medidas de recomposição da poupança interna, o peso do déficit público obriga o Governo brasileiro a pedir mais dinheiro novo dos bancos credores, a cada acordo de refinanciamento da dívida externa do País. Por isso, os banqueiros internacionais querem que o FMI

não amoleça na exigência do corte do déficit público para 4 por cento do PIB, este ano, e para 2 por cento, no próximo.

A desvinculação dos desembolsos dos bancos e do FMI passou a ser dirigível pelos credores privados, a partir da necessidade que o Brasil terá de usar o fundo para recuperar o fluxo líquido positivo de recursos dos organismos multilaterais e das agências governamentais. Em consequência, para cogitar de saques de dinheiro novo do Banco Mundial, do Fundo Nakasone ou dos financiadores vinculados ao Clube de Paris, é o Brasil que precisará fazer questão de cumprir o acordo com o FMI.

O próprio Mailson sempre justificou o retorno ao FMI pelo papel catalizador que o organismo desempenha. Ninguém ignora que, sem a retomada dos créditos oficiais, o governo Sarney não poderá cumprir a promessa de manter a economia em crescimento, nos 21 meses que ainda restam de mandato.